



Por uma educação em direitos: relato de uma prática extensionista no Sul da Bahia

Carolina Bessa Ferreira de Oliveira¹

carolinabessa@ufsb.edu.br

Thiago Trindade de Almeida²

tg_almeida@outlook.com

1 Doutora em Educação pela Universidade de São Paulo (USP). Mestra em Educação pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU). Especialista em Direitos Humanos pelo Conselho Latino-americano de Ciências Sociais (CLACSO). Advogada e Pedagoga. Docente na Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB).

2 Bacharel Interdisciplinar em Humanidades pela UFSB. Discente do Curso de Direito da UFSB.

RESUMO

O presente trabalho apresenta um breve relato do Projeto de Extensão “Educação em Direitos: Universidade e(m) comunidade” realizado em 2019 por uma equipe de docentes e discentes da Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB) no Complexo Integrado de Educação de Porto Seguro (CIEPS). São vivências pautadas em ações educativas interdisciplinares destinadas à promoção da Educação em Direitos Humanos (EDH), no intuito de contribuir para a multiplicação dos saberes jurídicos em perspectiva emancipatória. Como resultado, identificou-se a pertinência de metodologias de aprendizagem ativa e a salutar interação entre Educação Superior e Básica.

Palavras-chave: Educação em Direitos. Extensão. Ensino Médio. Oficinas.

ABSTRACT

This paper presents brief considerations of the Extension Project “Education in Rights: University and (in) community” carried out in 2019 by a team of teachers and students from the Federal University of Southern Bahia (UFSB) at the Porto Seguro Integrated Education Complex (CIEPS). These are experiences based on interdisciplinary educational actions aimed at promoting education in human rights in order to contribute to the multiplication of legal knowledge in an emancipatory perspective. As a result, the relevance of active learning methods and a healthy interaction between higher and basic education were identified.

Keywords: Rights Education. Extension. High School. Workshops.

Relato de experiência

A Educação é um direito humano universal “potencializador de acesso ao conjunto de outros direitos” (SILVA e TAVARES, 2011, p. 14) e inerente às necessidades dos indivíduos e da coletividade. É um direito de segunda dimensão garantido constitucionalmente no artigo 6º, *caput*, e nos artigos 205 a 214 e, infraconstitucionalmente, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) de 1996 (BRASIL, 1996), dentre outras legislações correlatas.

A educação escolar ou não escolar, ao abordar conhecimentos e práticas acerca dos direitos humanos, constitui elemento fundamental na construção da cidadania, pois potencializa a proteção social e a capacidade crítica, participativa e socialmente ativa dos sujeitos. Assim, a educação em direitos pode ser considerada uma das dimensões do próprio direito humano à Educação.

Para tanto, é pertinente a abordagem interdisciplinar de temas jurídicos, seja na Educação Básica ou na Superior, que contribua para uma efetiva educação emancipatória (FREIRE, 1987). Vale lembrar que a LDB prevê, como finalidades da Educação Superior, a promoção da Extensão Universitária aberta à participação da comunidade e a atuação em favor da Educação Básica, o que corroborou a fundamentação do Projeto aqui relatado.

O Projeto de Extensão “Educação em Direitos: Universidade e(m) comunidade”³, vinculado à Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB) em Porto Seguro, justifica-se ao promover a Educação em Direitos Humanos (EDH) de maneira transversal e estimular a multiplicação de conhecimentos jurídicos em uma perspectiva interdisciplinar e emancipatória. Nasceu de discussões em sala de aula, ocorridas entre 2018 e 2019, que se desdobraram em uma ação extensionista.

Em 2019, foi composta uma equipe de 8 (oito) pessoas, entre discentes e docentes da UFSB, que realizaram o Projeto com um grupo de 20 (vinte) estudantes do Ensino Médio, inscritos por adesão voluntária após divulgação na escola parceira - o Complexo Integrado de Educação de Porto Seguro (CIEPS). Foram executados 12 (doze) encontros semanais às quintas-feiras, no período vespertino, durante o segundo semestre. A escolha da unidade escolar deu-se em razão de parceria preexistente da UFSB com a Rede Estadual de Ensino e especificamente com o CIEPS, onde há um Colégio Universitário⁴, e por ser possível promover oficinas no contraturno escolar, vez que se trata de uma escola em tempo integral.

3 O projeto contou com 1 (uma) Bolsa de Extensão FAEX, Edital 14/2019, financiada pela Pró-Reitoria de Sustentabilidade e Integração Social (PROSIS) da UFSB. Ainda, foi divulgado pela Instituição em seu Portal: <<https://ufsb.edu.br/component/content/article/1997-projeto-de-extensao-debate-temas-do-direito-com-estudantes-do-ensino-medio>>. Acesso em 10 dez 2020.

4 Os Colégios Universitários (CUNI) constituem uma rede de extensão da UFSB visando à inclusão social dos habitantes do Sul da Bahia na Rede de Educação Superior. Funcionam em instalações cedidas pelo Governo do Estado da Bahia, propiciando, aos ingressantes, um período cursando Componentes Curriculares de Formação Geral até realizarem a migração à Sede da UFSB, na qual o CUNI está ligado. Fonte: <<https://www.ufsb.edu.br/a-ufsb/cunis>>.

Os encontros eram realizados com a presença de, no mínimo, um discente e um docente na mediação da temática e das atividades propostas aos estudantes - consistentes em oficinas participativas -, voltadas à aprendizagem ativa, denominadas “Vivenciando Direitos” pelos próprios estudantes participantes. Metodologicamente, cada encontro era dividido em três principais partes, que se iniciava com uma atividade de contextualização e uma breve exposição dialogada sobre o tema (Figura 1), seguida de um diálogo livre em roda de conversa e, ao final, a produção de algum material visual em grupos.

Figura 1: Exposição dialogada inicial em roda de conversa.



FONTE: Arquivo pessoal dos Autores.

As atividades desenvolvidas em pequenos grupos, expostas ao final da tarde, contavam com rodas de conversas e construção coletiva de atividades e materiais visuais problematizadores sobre o tema abordado (Figura 2), expostos na escola ao final do projeto, fundamentando-se em metodologias participativas inspiradas na Educação Popular (FREIRE, 1967; BEISIEGEL, 2018). Assim, embora a equipe tenha elaborado um planejamento geral dos encontros, com base em pesquisas e estudos prévios, havia suficiente flexibilidade para incorporar especificidades trazidas pelos participantes e interface com o território local.

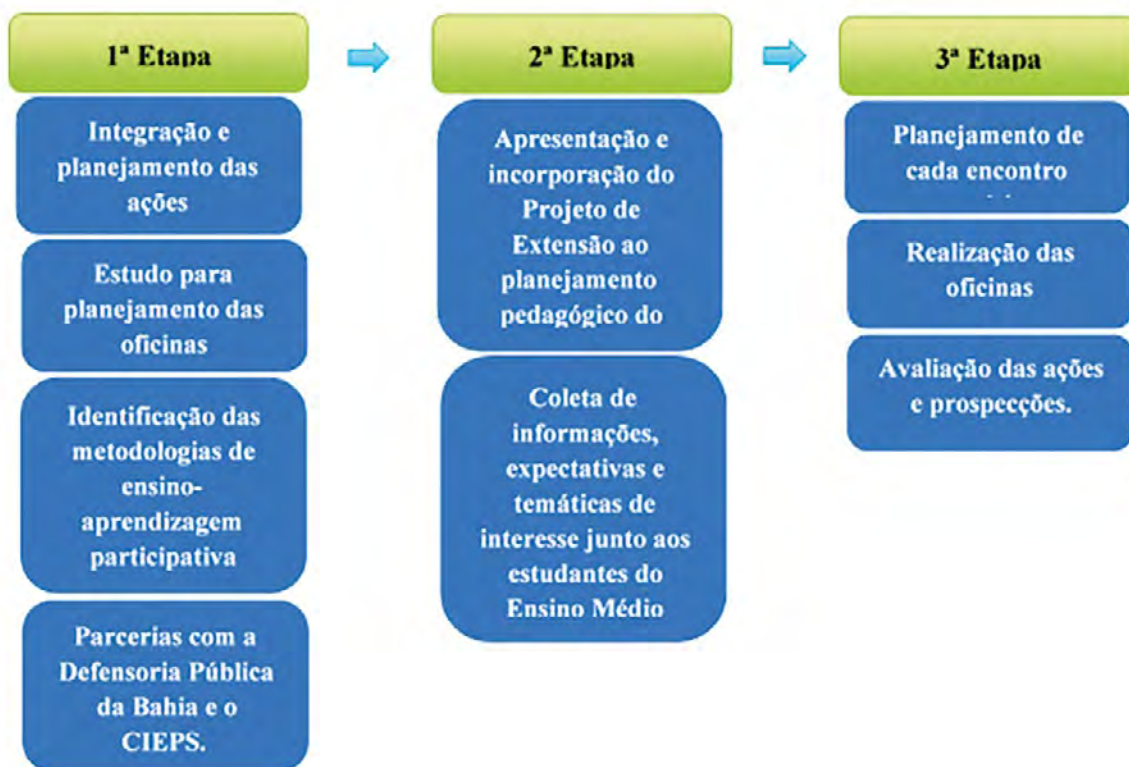
Figura 2: A dinâmica nas oficinas em aprendizagem ativa.



FONTE: Arquivo pessoal dos Autores.

Ressalte-se que, antes do início da execução das oficinas, a equipe da UFSB realizou reuniões voltadas à formação interna, com estudos e planejamentos, além de reuniões a equipe pedagógica da Escola, a fim de articular o projeto e levantar materiais, metodologias e exemplos de atividades que pudessem lastrear a proposta. Com isso, a equipe identificou temas iniciais para o trabalho, que depois foram discutidos com os participantes a partir de um levantamento de interesses e expectativas dos estudantes do Ensino Médio da Escola em relação ao Projeto de Extensão. A seguir, uma síntese das etapas de realização do Projeto (Figura 3).

Figura 3: Etapas do Projeto.



FONTE: Elaborado pelos Autores.

Quanto à metodologia, adotou-se a abordagem transversal de temas relacionados à EDH, prevista inclusive em normativa do Conselho Nacional de Educação (BRASIL, CNE, 2012). Nessa perspectiva, tomamos como base Candau (2012, p. 721), segundo a qual a Educação “deve ter como horizonte a construção de uma cidadania participativa, a formação de sujeitos de direitos, o desenvolvimento da vocação humana de todas as pessoas nela implicadas”.

Assim, durante os encontros - oficinas - na Escola foram discutidos temas atrelados à EDH, tais como: violência contra mulher, direitos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais, Queer, Intersexo, Assexuais e mais (LGBTQIA+), direitos da criança e do adolescente, sistema de justiça, acesso ao Ensino Superior, direitos dos estudantes, racismo, direitos trabalhistas, políticas públicas e participação social. Em todos eles, plasmou-se um olhar interseccional, que problematizasse marcadores sociais da diferença e suas conexões histórico-sociais, como raça, gênero e classe social.

O Projeto contou com a parceira voluntária externa da Defensoria Pública do Estado da Bahia do município de Porto Seguro, que disponibilizou cartilhas informativas sobre direitos e oportunizou a participação de uma defensora pública na oficina sobre os direitos das mulheres. Com isso, foi possível proporcionar o contato direto dos estudantes participantes com a Instituição e sanar dúvidas, fortalecendo redes locais.

No último encontro do Projeto, em dezembro de 2019, foi reservado um momento para avaliação coletiva com os estudantes, de forma oral (roda de conversa) e escrita (questionário impresso), com o objetivo de avaliar os temas mais apreciados pelos participantes, fazer um balanço em relação às expectativas dos mesmos e coletar sugestões e críticas para a continuidade do Projeto. Foram identificados os seguintes resultados: a importância e a necessidade de permanente interação entre a Educação Básica e o Ensino Superior Públicos no território, a fim de estimular a continuidade nos estudos, a construção de processos

educativos críticos a partir de exemplos locais, a pertinência de uma abordagem interdisciplinar de temas jurídicos referenciada nos interesses e no cotidiano dos envolvidos, a utilização de uma linguagem simples e a primazia por atividades dialogadas e participativas. Por unanimidade, foi sugerida a continuidade do Projeto - que somente não se realizou, em 2020, em função da Pandemia do novo coronavírus.

Além disso, verificou-se um estímulo ao protagonismo estudantil, contribuindo para a multiplicação de saberes jurídicos e à tomada de decisões sobre o acesso a direitos tanto na sociedade em geral quanto no próprio espaço escolar. Nessa esteira, um dos temas de maior interesse e avaliação positiva por parte dos participantes foi relacionado aos direitos dos estudantes, quando se abordou o previsto na LDB e o disposto no Regimento Escolar vigente, cujos debates levantaram diversas questões práticas e conflitivas na Escola, incluindo-se a responsabilidade dos estudantes no processo escolar, para além dos seus direitos.

Reconhece-se que tal Projeto não esgotou as possibilidades teórico-metodológicas inerentes à multiplicidade de processos em EDH. Há que se mencionar as dificuldades atreladas ao campo de discussão e vivência dos Direitos Humanos, como a necessária abertura para o diálogo e a formação da equipe para uma escuta ativa e empática das diferenças, de modo a não hierarquizar-las ou silenciá-las, sobretudo na escola, em que se faz necessário contar com o apoio da Gestão e com o envolvimento dos estudantes. No entanto, apresentou-se como uma das possibilidades extensionistas da Universidade atuar em favor da educação em direitos, especialmente em articulação com a Educação Básica, fortalecendo os processos democráticos e o exercício da cidadania.

Referências

BEISIEGEL, Celso de Rui. **Educação popular e ensino superior em Paulo Freire**. Educ. Pesquis., São Paulo, v. 44, 2018.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>. Acesso em: 07 de maio de 2020.

..... **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm Acesso em: 07 de maio de 2020.

..... Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Resolução nº 1, de 30 de maio de 2012**. Estabelece Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rcp001_12.pdf Acesso em: 07 de maio de 2020.

CANDAU, Vera Maria Ferrão. Direito à Educação, Diversidade e Educação em Direitos Humanos. In: **Educação e Sociedade**. Campinas, v. 33, n. 120, p. 715-726, jul.-set. 2012. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v33n120/04.pdf>>. Acesso em: 07 de maio de 2020.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática de liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967.

..... **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

SILVA, Aida Maria Monteiro Silva; TAVARES, Celma. **A cidadania ativa e sua relação com a educação em direitos humanos**. RBPAAE, v.27, n.1, 2011, p. 13-24. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/rbpae/article/view/19915/11556>>. Acesso em: 07 de maio de 2020.